

**INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE
A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DA BATALHA**

À Assembleia Municipal da Batalha

Exmos. Senhores Deputados,

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira do **MUNICÍPIO DA BATALHA**, decorrido o primeiro semestre do exercício de 2021.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do órgão executivo a preparação da informação financeira, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame àquela informação financeira.

ÂMBITO DO TRABALHO

4. O Município não tem obrigação legal de elaborar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os Balancetes Analíticos de janeiro a junho, assim como os mapas de execução orçamental, com referência a 30 de junho de 2021 preparados pelo Município. O presente relatório não inclui um parecer de auditoria, tratando-se antes de uma informação sobre a situação económica e financeira relativamente ao primeiro semestre de 2021, conforme o requerido pela Lei n.º 73/2013, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.
5. O trabalho efetuado consistiu principalmente na realização de procedimentos analíticos, testes parcelares ao sistema de controlo interno e, ainda, a realização de alguns testes de detalhe às transações e saldos.

CONCLUSÃO

6. Em resultado do nosso trabalho, concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição económica e financeira do **MUNICÍPIO DA BATALHA** não sofreu alterações significativas entre 31 de dezembro de 2020, a data das últimas demonstrações financeiras, e 30 de junho de 2021. A dívida total relativa a operações orçamentais representava 15,5% do máximo legal permitido (tendo como referência o limite de 2020, visto que o limite para 2021 ainda não foi publicado pela DGAL à data do presente relatório). Expressamos também a opinião de que a autarquia dispõe das condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 de junho de 2021, tanto mais que os indicadores financeiros demonstram uma melhoria da tesouraria do Município no período.
7. Apresentamos um anexo a esta informação, com mais detalhe, sobre a evolução da situação económica e financeira no 1º semestre de 2021.

Leiria, 3 de setembro de 2021

LCA SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
Sócio – gerente
R.O.C n.º 614


Paulo Fernando da Costa Braz
Sócio Executante
R.O.C n.º 1238

ANEXO

À informação semestral sobre a situação económica e financeira do MUNICÍPIO DA BATALHA

Para melhor compreensão e em complemento à informação sobre a situação económica e financeira do Município, apresentamos em detalhe os seguintes dados reportados ao 1º semestre de 2021:

a) DESEMPENHO ECONÓMICO – quadro síntese

RUBRICA	1º SEMESTRE		Variação	
	2021	2020	Valor	%
GASTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5.987,52)	8.557,95	(14.545,47)	
Fornecimentos e serviços externos	1.780.950,44	1.923.430,71	(142.480,27)	-7,4%
Transf. e Subsídios concedidos	599.751,14	281.396,36	318.354,78	113,1%
Gastos com pessoal	1.976.075,88	1.954.219,52	21.856,36	1,1%
Provisões	918,00	918,00	0,00	0,0%
Outros gastos e perdas	108.784,55	54.915,39	53.869,16	98,1%
Depreciações/amortizações do exercício (*)	1.788.548,28	1.697.818,29	90.730,00	5,3%
Juros e gastos similares suportados	11.654,89	7.952,12	3.702,77	46,6%
	6.260.695,66	5.929.208,34	331.487,33	5,6%
RENDIMENTOS E GANHOS				
Vendas	158,78	45,78	113,00	246,8%
Prestações de serviços	211.511,65	264.150,04	(52.638,39)	-19,9%
Impostos e taxas	1.602.288,06	1.562.274,26	40.013,80	2,6%
Transferências e subsídios correntes obtidos	3.475.930,84	2.859.329,55	616.601,29	21,6%
Outros rendimentos e ganhos	347.727,15	183.241,93	164.485,22	89,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.533,38	0,00	1.533,38	...
	5.639.149,86	4.869.041,56	770.108,30	15,8%
Resultado antes depreciações e gastos de financiamento	1.177.123,99	645.603,63	531.520,36	82,3%
Resultado operacional	(611.424,29)	(1.052.214,66)	440.790,37	41,9%
Resultado líquido do período	(621.545,80)	(1.060.166,78)	438.620,98	41,4%

Obs. (*) – o valor das depreciações/amortizações do 1º semestre de 2021 foi estimado em metade do valor dessas rubricas do ano anterior.

Da leitura do quadro anterior podemos retirar as seguintes notas:

- O resultado líquido registou um aumento de cerca 439 mil euros face ao valor registado no 1º semestre de 2020, em resultado de um aumento mais significativo nos rendimentos e ganhos (+770 mil euros), comparativamente ao aumento verificado nos gastos e perdas (+331 mil euros);
- Na evolução das várias rubricas que compõem os gastos e perdas, destacamos o aumento das transferências e subsídios concedidos, no montante de cerca 318 mil euros. Conforme se pode verificar no quadro comparativo desta rubrica incluído no Anexo ao presente memorando, este aumento foi impulsionado pelas transferências e subsídios para as entidades sem fins lucrativos, com um incremento de cerca 178 mil euros face ao período homólogo de 2020. Assinalamos ainda a redução de cerca 142 mil euros nos fornecimentos e serviços externos, destacando-se, em termos de variações absolutas, a redução ocorrida na rubrica “Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais”, em cerca de 116 mil euros;
- Será de salientar que nos custos e perdas está incluído o valor das depreciações/amortizações, que totalizam cerca de 1,8 milhões de euros, os quais não se traduzem em custos desembolsáveis do ponto de vista financeiro.
- Quanto aos rendimentos e ganhos, realce para o aumento verificado nas transferências e subsídios correntes obtidos, em cerca de 617 mil euros. As transferências correntes do FEF, com um aumento de cerca 257 mil euros, e as transferências relativas ao contrato de delegação de competências com o Ministério da Educação, com um aumento de cerca 348 mil euros, foram as rubricas com maior variação em termos de valores a absolutos, e em conjunto, representam um aumento de 604 mil euros. Conforme também se pode verificar pela análise comparada acima, as prestações de serviços foram a única rubrica de rendimentos que viu o seu valor decrescer (-53 mil euros), facto esse que se deve ao encerramento das piscinas municipais e de ATL’s durante todo o 1º semestre de 2021, ao contrário do que tinha acontecido em 2020, ano em que essas atividades ainda estiveram abertas nos 2 primeiros meses do ano (antes do confinamento de março/2020).

b) DESEMPENHO FINANCEIRO – evolução da posição patrimonial

RUBRICAS			Variação	
	30/06/2021	31/12/2020	Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis.....	64.507.219,96	65.386.285,08	(879.065,12)	-1,3%
Propriedades de investimento.....	225.368,90	225.368,90	0,00	0,0%
Ativos intangíveis	370.447,98	370.447,98	0,00	0,0%
Participações financeiras	488.954,08	488.954,08	0,00	0,0%
	65.591.990,92	66.471.056,04	(879.065,12)	-1,3%
Ativo corrente:				
Inventários.....	344.938,59	254.822,48	90.116,11	35,4%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.....	1.693.639,01	1.669.572,85	24.066,16	1,4%
Clientes, contribuinte e utentes.....	124.077,88	118.367,20	5.710,68	4,8%
Outras contas a receber.....	1.705.730,20	1.888.933,56	(183.203,36)	-9,7%
Diferimentos.....	0,00	4.408,89	(4.408,89)	-100,0%
Caixa e depósitos bancários.....	2.339.109,81	1.838.164,34	500.945,47	27,3%
	6.207.495,49	5.774.269,32	433.226,17	7,5%
Total do Ativo	71.799.486,41	72.245.325,36	(445.838,95)	-0,6%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património / Capital	56.222.653,14	56.222.653,14	0,00	0,0%
Resultados transitados.....	(7.651.341,28)	(5.902.630,74)	(1.748.710,54)	29,6%
Outras variações no património líquido.....	16.206.144,70	15.661.512,20	544.632,50	3,5%
Resultado líquido do período.....	(621.545,80)	(1.748.710,54)	1.127.164,74	-64,5%
Total do Património Líquido	64.155.910,76	64.232.824,06	(76.913,30)	-0,1%
PASSIVO				
Passivo não corrente:				
Provisões.....	215.634,72	215.634,72	0,00	0,0%
Financiamentos obtidos.....	1.635.690,16	1.422.906,89	212.783,27	15,0%
Diferimentos.....	2.062.632,17	2.062.632,17	0,00	0,0%
Outras contas a pagar.....	469.595,36	458.416,93	11.178,43	2,4%
	4.383.552,41	4.159.590,71	223.961,70	5,4%
Passivo corrente:				
Credores por transferências e subsídios concedidos não reembolsáveis.....	30.570,19	54,32	30.515,87	56178,0%
Fornecedores.....	465.817,80	252.057,64	213.760,16	84,8%
Estado e outros entes públicos.....	108.194,72	55.447,27	52.747,45	95,1%
Financiamentos obtidos	144.782,76	289.565,52	(144.782,76)	-50,0%
Fornecedores de investimentos	115.962,61	123.051,26	(7.088,65)	-5,8%
Outras contas a pagar.....	639.702,10	1.377.741,52	(738.039,42)	-53,6%
Diferimentos.....	1.754.993,06	1.754.993,06	0,00	0,0%
	3.260.023,24	3.852.910,59	(592.887,35)	-15,4%
Total do Passivo	7.643.575,65	8.012.501,30	(368.925,65)	-4,6%
Total do Património Líquido e Passivo	71.799.486,41	72.245.325,36	(445.838,95)	-0,6%

Da análise do quadro anterior, destacamos:

- Os ativos líquidos registaram uma diminuição de cerca 446 mil euros (-0,6% face a 31/12/2020), como corolário do efeito conjunto da diminuição de cerca 879 mil euros no ativo não corrente, e do aumento de cerca 433 mil euros no ativo corrente.
- A variação negativa do ativo não corrente resulta da diferença entre a estimativa de valor das depreciações (1,8 milhões de euros) e o valor do investimento em ativos fixos realizado no período, que atingiram cerca de 909 mil euros. Relativamente ao ativo corrente, o destaque vai para o aumento dos meios financeiros (caixa e depósitos bancários), em cerca de 501 mil euros.
- O património líquido regista uma evolução residual (negativa) de cerca 77 mil euros (-0,1%). De salientar também que, quer a 30/06/2021, quer em termos da informação comparada, os valores relativos às participações de fundos comunitários estão considerados na rubrica de outras variações no património líquido.
- Relativamente ao passivo, o seu valor diminuiu em cerca de 369 mil euros. A redução das outras contas a pagar (-738 mil euros), contribuiu de forma decisiva para a redução operada no valor do passivo, a qual está relacionada com o pagamento de valores que tinham sido especializados em 2020 e cujo pagamento ocorreu em 2021.

c) Quadro Síntese – indicadores económico/financeiros

Indicador	30/06/2021	31/12/2020	Variação percentual
1. Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	190,4%	149,9%	...
2. Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo Total)	89,4%	88,9%	...
3. Fundo de Maneio Líquido (Ativo Corrente - Passivo Corrente)	2.947.472 €	1.921.359 €	53,4%
	1º SEM 2021	1º SEM 2020	Variação percentual
4. Meios Libertos Brutos (R. Op. + Amort. + Imp/Prov.)	1.178.042 €	646.522 €	82,2%
5. Cash-flow patrimonial Bruto (R. Liq. + Amort. + Imp/Prov.)	1.167.920 €	638.570 €	82,9%

Do quadro supra, retemos:

- A evolução positiva dos indicadores de liquidez geral (indicador n.º 1) e do fundo de maneio líquido (indicador n.º 3), evolução essa que está relacionada com o aumento do valor do ativo corrente (+433 mil euros), em conjunto com a redução ocorrida no passivo corrente (-593 mil euros). O valor do indicador de liquidez geral (190,4%) significa que o ativo corrente é cerca de 1,9 vezes superior ao passivo corrente do município; a título ilustrativo, o valor de caixa e depósitos bancários, a 30/06/2021, é sensivelmente igual à soma dos valores em dívida relativamente a financiamentos obtidos e às dívidas a fornecedores (correntes e de ativos fixos), também com referência a 30/06/2021.
- O indicador de autonomia financeira (indicador n.º 2) mantém um valor bastante significativo, a rondar os 90%;
- Relativamente aos indicadores de natureza económica (4 e 5), ambos apresentam uma evolução bastante positiva, com aumentos superiores a 80%, e que resultam, fundamentalmente da melhoria dos resultados do período, comparativamente ao período homólogo do ano anterior.

d) Síntese da execução orçamental

Relativamente à execução orçamental chamamos a atenção para o facto de todo o processo orçamental ser efetuado numa perspetiva anual, pelo que a análise semestral deverá ter em atenção esse condicionalismo.

A dotação atual do orçamento para 2021 é de cerca 19,232 milhões de euros, valor este superior em cerca de 742 mil euros à dotação final corrigida do orçamento de 2020. A análise comparada da sua execução no 1º semestre de 2021, com o período homólogo do ano anterior, pode ser vista nos seguintes itens:

- Despesa:

No 1º semestre de 2021, a despesa comprometida totalizou 17.655.398,42 euros, (correspondentes a 91,8% do orçamento de despesa), valor este que compara com 14.011.300,89 euros do primeiro semestre de 2020 (75,8% do orçamento de despesa de 2019). Em termos de despesa paga, no 1º semestre de 2021, atingiu o valor de 6.039.558,80 euros (equivalente a 31,4% do orçamento), e que compara com 5.062.067,11 euros do 1º semestre de 2020 (correspondente a 27,4% do orçamento de 2020). Desta forma, é visível um aumento de 26,0% na despesa comprometida e de 19,3% na despesa paga.

- Estas variações de despesa comprometida e paga verificaram-se, fundamentalmente, na “Aquisição de bens de capital”, em cerca de 2,6 milhões de euros e 489 mil euros, respetivamente.

Designação	Dotação para o ano	Despesa executada (comprometida)	% Execução (Comprometido/Dotação)	Despesa Paga	% Execução (pagamentos/Dotação)
Despesa corrente	11.574.201,80	10.818.307,09	93,5%	4.592.173,64	39,7%
Despesa capital	7.657.980,34	6.837.091,33	89,3%	1.447.385,16	18,9%
Total	19.232.182,14	17.655.398,42	91,8%	6.039.558,80	31,4%

Despesa comprometida		Variação 2021/20		Despesa paga		Variação 2021/20	
1º Sem 2021	1º Sem 2020	Valor	%	1º Sem 2021	1º Sem 2020	Valor	%
17.655.398,42	14.011.300,89	3.644.097,53	26,0%	6.039.558,80	5.062.067,11	977.491,69	19,3%

Clas	Designação	Despesa paga		Variação 2021/20	
		1º Sem 2021	1º Sem 2020	Valor	%
01	Despesas com o pessoal	1.969.185,03	1.940.278,28	28.906,75	1,5%
02	Aquisição de bens e serviços	1.919.710,08	2.019.582,89	-99.872,81	-4,9%
03	Juros e outros encargos	6.242,58	7.382,32	-1.139,74	-15,4%
04	Transferências correntes	489.641,81	301.109,15	188.532,66	62,6%
05	Subsídios	36.300,00	0,00	36.300,00	...
06	Outras despesas correntes	171.094,14	95.848,85	75.245,29	78,5%
07	Aquisição de bens de capital	942.820,89	453.700,26	489.120,63	107,8%
08	Transferências de capital	402.276,79	142.581,54	259.695,25	182,1%
10	Passivos financeiros	102.287,48	101.583,82	703,66	0,7%
Total		6.039.558,80	5.062.067,11	977.491,69	19,3%

- Receita:

A execução orçamental da receita, comparativamente ao período homólogo de 2020, registou uma variação negativa, quer em termos de receita liquidada, quer em termos de receita cobrada líquida. Neste último caso, a redução foi de cerca 308 mil euros (-3,8%). Conforme também se poderá observar pela análise do quadro com a execução orçamental da receita comparada, que consta no Anexo a este memorando, foi a redução nas “Transferências de capital” (cerca de 1,5 milhões de euros) a rubrica que evidenciou maior variação, em termos de valores absolutos, quando comparado com o período homólogo do ano anterior.

Relativamente a aumentos de receita, realce para as transferências correntes, cujo valor aumentou cerca de 612 mil euros. Este aumento está relacionado com o aumento das transferências correntes do FEF, e também com o reforço de verbas associado ao programa de delegação de competências com o Ministério da Educação.

O grau de realização da receita (40,3%) está a ser condicionado pela execução das receitas de capital, cuja realização foi de 10,9%. São dois os fatores que estão a condicionar esta execução, por um lado, os fundos comunitários – do valor orçamentado no quadro do PT2020 (2,583 milhões de euros) apenas foram cobrados cerca de 254 mil euros (9,8%), e por outro lado, do valor orçamentado para passivos financeiros – empréstimos bancários (3,320 milhões de euros) apenas tinham sido executados cerca de 170 mil euros (5,1%).

Designação	Dotação Orçamental	Receita Liquidada	Receita Cobrada	% Execução
Receitas correntes	11.375.408,29	5.878.399,29	5.772.242,44	50,7%
Receitas de capital	6.596.129,52	720.962,78	720.962,78	10,9%
Outras receitas	1.260.644,33	1.264.532,29	1.264.532,29	100,3%
Total	19.232.182,14	7.863.894,36	7.757.737,51	40,3%

1º SEM 2021	1º SEM 2020	Valor	%	1º SEM 2021	1º SEM 2020	Valor	%
7.863.894,36	8.082.733,34	-218.838,98	-2,7%	7.757.737,51	8.065.950,61	-308.213,10	-3,8%

Clas.	Designação	Rec. Cobrada Líq.		Variação 2021/20	
		1º SEM 2021	1º SEM 2020	Valor	%
01	Impostos diretos	1.502.423,93	1.422.636,95	79.786,98	5,6%
02	Impostos indiretos	0,00	72.646,59	-72.646,59	-100,0%
04	Taxas, multas e outras penalidades	365.726,49	317.621,85	48.104,64	15,1%
05	Rendimentos da propriedade	335.692,18	210.307,51	125.384,67	59,6%
06	Transferências correntes	3.475.246,96	2.863.018,91	612.228,05	21,4%
07	Venda de bens e serviços correntes	91.755,57	222.841,84	-131.086,27	-58,8%
08	Outras receitas correntes	1.397,31	3.226,70	-1.829,39	-56,7%
09	Venda de bens de investimento	107,00	0,00	107,00	...
10	Transferências de capital	546.759,74	2.087.264,53	-1.540.504,79	-73,8%
12	Passivos financeiros	170.287,99	0,00	170.287,99	...
13	Outras receitas de capital	3.808,05	0,00	3.808,05	...
15	Rep. não abatidas nos pagamentos	4.387,96	676,14	3.711,82	549,0%
	Saldo gerência anterior	1.260.144,33	865.709,59	394.434,74	45,6%
	Total	7.757.737,51	8.065.950,61	-308.213,10	-3,82%

- Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021:

O orçamento das GOP's apresenta, para 2021, um valor de cerca 11,590 milhões de euros (10,396 milhões em 2020). Em termos da sua execução, até ao final do primeiro semestre de 2021, apresenta um aumento de cerca 3,2 milhões de euros em relação ao 1º semestre de 2020, sendo a taxa de execução (despesa comprometida) de 90,7% (70,7% no 1º semestre de 2020). Os incrementos mais significativos ocorreram no programa 246 – Proteção do meio ambiente e conservação da natureza (+1,4 milhões de euros), onde constam como principais projetos: a “Ciclovía Urbana, Bikeshering e Interface Multimodal (PAMUS)”, e “Ecovia – Colipo ao Vale do Lena (Património Natural)”; e no programa 252 – Desporto, recreio e lazer (+1,2 milhões de euros), cujo principal projeto é referente à construção do “Pavilhão Desportivo Municipal de S. Mamede”.

Prog.	Designação	Financiamento definido	Comprometido	% Exec. (comp/Financ.)	Pago	% Exec. (pago/Financ.)
111	Administração geral	391.870,00	370.887,39	94,6%	217.199,60	55,4%
121	Protecção Civil e luta contra incêndios	236.500,00	189.864,85	80,3%	82.928,62	35,1%
211	Ensino não superior	324.850,00	297.913,85	91,7%	141.218,21	43,5%
212	Serviços auxiliares de ensino	718.210,00	713.025,84	99,3%	183.846,85	25,6%
221	Serviços individuais de saúde	111.140,00	57.181,18	51,4%	20.677,09	18,6%
232	Acção social	1.398.817,94	1.369.821,23	97,9%	240.863,62	17,2%
241	Habitação	4.050,00	3.484,10	86,0%	2.500,00	61,7%
242	Ordenamento do território	932.937,00	865.072,57	92,7%	255.382,75	27,4%
243	Saneamento	945.881,00	943.830,44	99,8%	344.859,82	36,5%
244	Abastecimento de água	30.850,00	26.357,64	85,4%	26.357,64	85,4%
245	Resíduos sólidos	881.066,00	881.059,79	100,0%	354.153,62	40,2%
246	Protecção do meio ambiente e cons. Natureza	1.649.175,00	1.473.528,20	89,3%	102.418,36	6,2%
251	Cultura	143.459,00	108.635,92	75,7%	57.614,78	40,2%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.831.620,00	1.704.472,52	93,1%	122.218,77	6,7%
320	Indústria e Energia	52.859,00	51.604,43	97,6%	0,00	0,0%
331	Transportes rodoviários	1.052.290,00	890.290,77	84,6%	405.470,72	38,5%
340	Comércio e Turismo	116.000,00	49.233,20	42,4%	36.300,00	31,3%
342	Turismo	162.550,00	67.588,50	41,6%	0,00	0,0%
350	Outras funções económicas	800,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
410	Operações da dívida autárquica	249.485,00	102.287,48	41,0%	102.287,48	41,0%
420	Transferências entre administrações	355.351,00	351.117,65	98,8%	255.864,24	72,0%
	Total GOP's	11.589.760,94	10.517.257,55	90,7%	2.952.162,17	25,5%

Prog.	Designação	Comprometido		Variação 2021/20	
		1º SEM 2021	1º SEM 2020	Valor	%
111	Administração geral	370.887,39	271.450,20	99.437,19	36,6%
121	Protecção Civil e luta contra incêndios	189.864,85	200.409,63	-10.544,78	-5,3%
211	Ensino não superior	297.913,85	148.120,90	149.792,95	101,1%
212	Serviços auxiliares de ensino	713.025,84	469.485,78	243.540,06	51,9%
221	Serviços individuais de saúde	57.181,18	35.039,75	22.141,43	63,2%
232	Acção social	1.369.821,23	412.891,92	956.929,31	231,8%
241	Habitação	3.484,10	1.669,90	1.814,20	108,6%
242	Ordenamento do território	865.072,57	2.361.574,05	-1.496.501,48	-63,4%
243	Saneamento	943.830,44	893.156,91	50.673,53	5,7%
245	Resíduos sólidos	881.059,79	866.684,66	14.375,13	1,7%
246	Protecção do meio ambiente e cons. Natureza	1.473.528,20	108.684,74	1.364.843,46	1255,8%
251	Cultura	108.635,92	235.040,73	-126.404,81	-53,8%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.704.472,52	519.945,22	1.184.527,30	227,8%
320	Indústria e Energia	51.604,43	43.695,75	7.908,68	18,1%
331	Transportes rodoviários	890.290,77	599.118,58	291.172,19	48,6%
410	Operações da dívida autárquica	102.287,48	101.583,82	703,66	0,7%
420	Transferências entre administrações	351.117,65	77.176,56	273.941,09	355,0%
	Total GOP's	10.517.257,55	7.345.729,10	3.171.528,45	43,2%

- Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental

Relativamente ao cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, em termos de execução no primeiro semestre de 2021, poderemos concluir pelo seu cumprimento tal como está refletido no quadro seguinte – a receita corrente (bruta) deve ser pelo menos igual à despesa corrente (paga) acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (cf. Art.º 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais):

Designação	Valor
1. Receitas correntes (Brutas)	5.846.459,46
2. Despesas correntes (pagas)	4.592.173,64
3. Amortizações médias	271.307,81
Diferença (1-2-3)	982.978,01

e) Dívida total

Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não poderá ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Para o ano económico de 2021, ainda não foi publicado pela DGAL o valor do limite da dívida total do Município da Batalha, pelo que utilizamos o limite legal para 2020, no montante de **16.137.560 €**.

De acordo com a informação contabilística a 30 de junho de 2021, a dívida total de operações orçamentais do município, que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, e ainda todos os restantes débitos de terceiros decorrentes de operações orçamentais, ascendia a **2.498.038€**, conforme se pode verificar no seguinte mapa:

Cod. Conta SNC-AP	Descritivo	Valor em dívida a 30/06/2021 - operações orçamentais
22	Fornecedores	465.818
25	Financiamentos obtidos	1.780.473
24	Estado	103.395
271	Fornecedores de investimentos	115.963
202/275/277 /2785/27892	Outros credores	41.311
	Total município	2.506.960
	Contributo de outras entidades (*)	0
	Valores excecionados (FAM)	8.921
	Total Global	2.498.038
	Limite da dívida total	16.137.560
	Margem face ao limite total	13.639.522

Obs. (*) – A inclusão da quota parte da dívida total de todas as entidades mencionadas no art. 54.º da Lei 73/2013 terá que ser feita obrigatoriamente no final de cada ano (a 31 de dezembro).

Tendo como referência o limite máximo (2020), o Município da Batalha cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma margem positiva de cerca 13,6 milhões de euros.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida total do município, e da margem face ao limite legal:

	01/01/2015	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019	01/01/2020	31/12/2020	30/06/2021
Dívida total	2.600.090 €	1.732.097 €	1.678.848 €	2.063.656 €	2.222.777 €	2.594.895 €	2.143.095 €	2.498.038 €
Limite legal	11.773.802 €	12.679.149 €	13.808.758 €	14.999.551 €	15.629.444 €	15.629.444 €	16.137.560 €	16.137.560 €
Margem face ao limite	9.173.712 €	10.947.052 €	12.129.910 €	12.935.895 €	13.406.667 €	13.034.549 €	13.994.465 €	13.639.522 €

Conforme se pode verificar pelo quadro anterior, a dívida total do Município, a 30-06-2021, situou-se em **2.498.038 €**, valor este que o coloca numa situação bastante confortável face ao limite legal utilizado como referência (2020), representando apenas 15,5% desse valor.